

Carlos André Cassani Siqueira

TUTELA PROCESSUAL DOS INCAPAZES

**À Luz do Estatuto da Pessoa com
Deficiência e do Novo CPC**

Curitiba
Juruá Editora
2019

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	15
1 – APRESENTAÇÃO DA OBRA	17
2 – O REGIME DAS INCAPACIDADES ENTRE OS CÓDIGOS CIVIS.....	25
2.1 A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA: PERSONALIDADE E (IN)CAPACIDADE	25
2.1.1 A Supressão da Incapacidade por Meio do Instituto Jurídico da Representação.....	35
2.2 O REFLEXO DO ESPÍRITO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 SOBRE A SISTEMÁTICA DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	43
2.2.1 Os Incapazes no Código Civil de 1916	48
2.2.1.1 Menores de idade	49
2.2.1.2 Pródigos	54
2.2.1.3 Silvícolas.....	58
2.2.1.4 Mulheres casadas	59
2.2.1.5 Ausentes	61
2.2.1.6 Surdos-mudos e loucos de todo gênero	63
2.3 O CÓDIGO CIVIL DE 2002: RUPTURA OU CONTINUIDADE? ..	68
2.3.1 Os Incapazes no Código Civil de 2002	71
2.3.1.1 Menores de idade	73
2.3.1.2 Pródigos	75
2.3.1.3 Ébrios habituais e viciados em tóxicos	76
2.3.1.4 Sujeitos que não puderem exprimir vontade	78
2.3.1.5 Pessoas com deficiência de ordem cognitiva	80
3 – A REOXIGENAÇÃO DA TEORIA DAS INCAPACIDADES	85
3.1 O PANO DE FUNDO DA REESTRUTURAÇÃO DO REGIME DAS INCAPACIDADES.....	85
3.2 A RENOVAÇÃO CONSTITUCIONAL DE 1988 SOBRE O PILAR DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	91

3.3	A TÔNICA DA CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COTEJO COM A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	98
3.4	CONCEITO MÉDICO <i>VERSUS</i> CONCEITO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA: IMPACTO SOBRE O REFERENCIAL DE INCAPACIDADE	105
3.5	O NOVO REFERENCIAL DE (IN)CAPACIDADE: MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS, AVANÇOS E RETROCESSOS	114
3.5.1	Curatela de Capazes?	120
3.5.2	Representação <i>Stricto Sensu</i> de Incapazes: Subsiste?	125
3.5.3	Prescrição e Decadência.....	132
3.5.4	Curatelas Instituídas Antes da Lei 13.146/2015	137
4 –	A RENOVAÇÃO DA TUTELA PROCESSUAL DA INCAPACIDADE	143
4.1	O IRROMPER DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA <i>VACATIO LEGIS</i> DA NOVA LEI PROCESSUAL	143
4.2	A OPERABILIDADE DA NOVA CURATELA DE INTERDITOS NO ATUAL DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	147
4.2.1	Comentários Apriorísticos Sobre a Curatela de Interditos ...	147
4.2.2	Legitimidade Ativa para Propositura da Ação de Curatela de Interditos.....	151
4.2.3	Atos Primevos: Petição Inicial e Tutela de Urgência	156
4.2.4	Da Inquirição ao Colóquio: a Entrevista	158
4.2.5	A Defesa do Curatelado na Ação de Curatela de Interditos ...	166
4.2.6	O Ápice Procedimental: a Instrução Probatória	167
4.2.7	Sentença: Técnica, Conteúdo e Eficácia.....	170
4.2.8	O Exercício do Encargo pelo Curador.....	181
4.2.9	Levantamento da Curatela.....	189
4.3	A TOMADA DE DECISÃO APOIADA NO CONFRONTO COM A CURATELA DE INTERDITOS	192
4.4	FUNGIBILIDADE ENTRE A TOMADA DE DECISÃO APOIADA E A AÇÃO DE CURATELA DE INTERDITOS: É POSSÍVEL?	206
5 –	APONTAMENTOS CONCLUSIVOS	213
	REFERÊNCIAS	219
	ÍNDICE REMISSIVO	227